

ATA DA OCTOGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS ÀS DEZOITO HORAS.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Renato Barrera Sobrinho**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Márcio Henrique Eiti Iquegami**; Segundo Secretário, Vereador **Héilton de Souza**; e com as presenças dos Senhores Vereadores **Edna Marques da Silva**, **Hélio Lisse Júnior**, **João Luiz Stellari**, **João Paulo Morelli**, **José Roberto Pimenta**, **Leandro Marcelo dos Santos** e **Tarcísio Cândido de Aguiar** realizou-se a Octogésima Oitava Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa, Décima Oitava Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos e procede a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao Segundo Secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei nº 6024/2023**, avulso nº 160/2023, de autoria do Executivo, que alteram dispositivos da Lei nº 4.571, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6025/2023**, avulso nº 161/2023, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6026/2023**, avulso nº 162/2023, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6027/2023**, avulso nº

163/2023, de autoria do Executivo, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 3.563, de 08 de setembro de 2011, que cria o Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS no Município de Olímpia e institui o Conselho Gestor do FHIS. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Decreto Legislativo nº 675/2023**, avulso nº 164/2023, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho, que dispõe sobre a concessão da Medalha do Mérito Esportivo "Professor Sankiti Takahashi" ao Ilustríssimo Jovem Carlos Eduardo de Toledo Mialich. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. Nos termos regimentais desta Edilidade o Senhor Presidente solicita ao Segundo Secretário que proceda a leitura da **Moção nº 18/2023**, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho, de Apoio ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Arthur Lira, pela defesa da independência entre os Poderes da República. Nos termos regimentais a referida Moção é encaminhada à Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, quando deverá ser apreciada em discussão e votação única. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente comunica aos Senhores Vereadores que, nos termos regimentais, será realizada a **eleição para o cargo de Primeiro Secretário da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia**, sendo que a votação será **'aberta'** e por maioria simples de votos, presentes pelo menos a maioria absoluta dos membros da Câmara. A seguir, com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que em virtude dos retornos dos Vereadores Hélio Lisse Júnior e João Paulo Morelli à Câmara Municipal da Estância Turística, nos termos regimentais, será realizada a eleição para o cargo de Primeiro Secretário. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente, consulta os Senhores Vereadores se é de interesse de algum deles candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente. Ato contínuo, o Vereador **Hélio Lisse Júnior** se apresenta como candidato ao cargo de Primeiro Secretário. Tem início a Eleição para o cargo de Vice-Presidente. A seguir, o Senhor Presidente anuncia, que será realizada a eleição de **Primeiro Secretário**, conforme estabelece o artigo 28 do Regimento Interno. Com a palavra, o Senhor Presidente esclarece ainda que, na forma regimental, o voto será **aberto** e que o Segundo Secretário da Mesa

irá proceder à chamada por ordem alfabética rigorosa. Os Senhores Vereadores deverão se dirigir à Tribuna e proferir em voz alta e inteligível o nome do Vereador em quem irá votar. Passa-se a seguir à **votação aberta** para o cargo de **PRIMEIRO SECRETÁRIO: Edna Marques da Silva**: "Senhor Presidente. Meu voto para Primeiro Secretário desta Casa é para o Senhor Vereador **Hélio Lisse Júnior.**" **Hélio Lisse Júnior**: "Senhor Presidente. Meu voto para Primeiro Secretário desta Casa é para o Senhor Vereador **Hélio Lisse Júnior.**" **Héilton de Souza**: "Senhor Presidente. Meu voto para Primeiro Secretário desta Casa é para o Senhor Vereador **Hélio Lisse Júnior.**" **João Luiz Stellari**: "Senhor Presidente. Meu voto para Primeiro Secretário desta Casa é para o Senhor Vereador **Hélio Lisse Júnior.**" **João Paulo Morelli**: "Senhor Presidente. Meu voto para Primeiro Secretário desta Casa é para o Senhor Vereador **Hélio Lisse Júnior.**" **José Roberto Pimenta**: "Senhor Presidente. Meu voto para Primeiro Secretário desta Casa é para o Senhor Vereador **Hélio Lisse Júnior.**" **Leandro Marcelo dos Santos**: "Senhor Presidente. Eu me abstenho de votar para Primeiro Secretário." **Márcio Henrique Eiti Iquegami**: "Senhor Presidente. Eu me abstenho de votar para Primeiro Secretário." **Renato Barrera Sobrinho**: "Senhor Presidente. Meu voto para Primeiro Secretário desta Casa é para o Senhor Vereador **Hélio Lisse Júnior.**" **Tarcísio Cândido de Aguiar**: "Senhor Presidente. Eu me abstenho de votar para Primeiro Secretário." Após a apuração dos votos, o Senhor Presidente anuncia o seguinte resultado. **Para PRIMEIRO SECRETÁRIO: Vereador Hélio Lisse Júnior, 07 (sete) votos e Abstenções, 03 (três) votos.** Ato contínuo, o Senhor Presidente, nos termos regimentais, declara eleito Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Olímpia até o dia 31/12/2024, o Vereador **HÉLIO LISSE JÚNIOR**, assim como o declara automaticamente empossado no cargo de Primeiro Secretário, conforme estabelece o Regimento Interno. A seguir, o Senhor Presidente convida o Vereador **Hélio Lisse Júnior** a assumir a cadeira do Primeiro Secretário na Mesa Diretora. Finalmente, o Senhor Presidente declara para registro nesta Ata, eleito e empossado, conforme determina o Regimento Interno, o Cargo de **PRIMEIRO SECRETÁRIO** até o dia 31 de dezembro de 2024: **PARA VICE-PRESIDENTE: VEREADOR HÉLIO**

LISSE JÚNIOR. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a leitura do resumo das **Requerimentos**. Nos termos do artigo 237, Inciso II, alínea i, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo dos **Requerimentos** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **368, 369 e 370/2023**, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta. **373/2023**, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos. **376/2023**, de autoria do Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami. **377/2023**, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva. Prosseguindo com os trabalhos, é lido o **Requerimento nº 352/2023**, de autoria de um terço dos Membros da Câmara, de acordo com o artigo 171, item 3. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que o Requerimento atendeu a todos os requisitos regimentais para sua apreciação na presente data. Ainda com a palavra, informa também que o requerimento necessita do quórum da maioria simples para sua aprovação e, neste caso, o Presidente não tem direito a voto. O Requerimento está em Discussão. Usam da palavra os Vereadores: **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:15) "Gostaria de falar sobre essa CEI. Foi protocolada por quatro vereadores que entendendo o descontentamento da sociedade olimpiense. Dizem que centenas de pessoas não receberam suas rescisões trabalhistas, verbas indenizatórias, FGTS, que a prefeitura na reunião que fizemos hoje sequer sabia quantos meses de FGTS não tinham sido recolhidos. Colocaram na sala hoje, olha só, pessoal, colocaram na sala hoje com a gente uma figura que não poderia nunca estar ali no meu ponto de vista, um assessor do prefeito que tem cheque sem fundo apresentado para o dono da empresa Bravos. Aí tem áudio, áudio dele pedindo, falando que ia dar para comprar carro, pedindo para trocar o cheque e esse assessor estava lá, na sala. Estava ou não estava, Edna? Com a gente, a Edna, falando pra gente não votar em uma CEI. Como é que um cara que está diretamente ligado e vai ser investigado por essa CEI, vai em uma sala de reunião de vereador pedir pra não votar na CEI? Vocês acreditam num negócio desse? É

só aqui na prefeitura de Olímpia. Isso é um acinte. Aí chega na reunião de vereadores, o assessor do prefeito quer falar mais que os vereadores. O vereador não pode falar. Então, como é que a gente, essa casa de leis, vai passar batido uma CEI nesse sentido que está não só lesando o cidadão olimpiense, mas também o patrimônio público, porque o que a empresa Bravos não pagou de acerto, de rescisão, de FGTS, INSS e outras coisas mais, férias, entendeu? A prefeitura vai pagar com o dinheiro dos senhores, é o senhor que vai pagar, porque a prefeitura não tem dinheiro próprio, é o dinheiro do contribuinte. Então, o contribuinte vai pagar porque a prefeitura não fiscalizou direito. Olha a que ponto nós chegamos. A compra hoje de voto para essa CEI não passar foi tão grande, que olha aqui, o senhor Adilson Eduardo de Toledo, que é cargo de nomeação aqui de vereador, ele já foi nomeado hoje, hoje, para poder segurar essa CEI. Olha a vergonha que nós estamos passando aqui em Olímpia. Centenas de pais de família estão aí sem pagar aluguel, sem receber o último salário do mês, sem receber férias, sem receber FGTS. E aí, doutora Edna, a senhora estava lá, o vereador Zé Cocão, estavam lá todos os vereadores aqui assistindo aquela sessão aberrante. Aquela reunião dos vereadores aberrante. E essa CEI, que é para garantir o direito do trabalhador olimpiense, vai ficar esquecida e vai ser engavetada. Isso é uma vergonha. Doutor Márcio, se eu estiver enganado, o senhor me fala aí.” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:15) “Tarcísio muito me assombra a presença de tal figura em uma reunião da qual ele pode ser incriminado, investigado. Eu esperava diferente, já que é assim, porque nós temos um prefeito que sempre disse prezar pela lisura, pelo bom conduto do dinheiro público. Eu acho que era da vontade do Fernando Cunha que seria instalada essa CEI para esclarecer. Ninguém está aqui querendo culpar as pessoas. Nós estamos querendo aqui resolver. Eu acredito que isso veio... o prefeito estava na reunião, Tarcísio?” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:16) “Não, não estava.” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:16) “Então, eu acho que ele deveria estar lá, porque ele sempre cobrou de nós tudo isso, a lisura, o bom conduto nas nossas condutas aqui dentro

para poder direcionar o dinheiro público..." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:16) "Márcio..." **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:16) "Eu esperava mais da administração." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:16) "ao invés de eles apresentarem as guias do FGTS, eles apresentaram isso aqui. Cadê as guias do FGTS? Apresentaram isso pra gente. Papel de pão." Com a palavra o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:16) "Nobre vereador, a palavra está com o vereador Márcio. Por favor." **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 19:17) "Então, o que acontece? Eu acho que deveria. Se não tem nada para esconder, por que não vê? Então, traga aqui, venha ao secretário de finanças, de administração, traga aqui e explique para nós se não existe nada para ser escondido. Por que engavetar a CEI? Eu acho que o prefeito, na sua conduta, sempre honesta e proativa no bom conduto da administração pública, deveria ter feito. Não sei se foi feito uma sindicância interna, João, não sei se você tem essa informação, você que é o líder do prefeito, alguma coisa para poder prestar. De quanto tempo que não está, porque é sabido que na licitação a gente tem que apresentar os comprovantes todo mês do recolhimento dos impostos. Aí tem um cronograma que eu não estive na reunião, dizendo das notificações no último ano, mas e aí, qual a medida? Está errado, por que não investigar? Por que não ir atrás dos culpados nessa aí? E o que mais me assusta, vou falar de novo, a presença de uma pessoa que parece estar diretamente ligado no meio dos problemas." **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 19:17) "Eu estive na reunião de manhã, concordo com o que o Márcio falou que o prefeito seria o maior interessado em buscar a lisura desse processo. Mas, como o Tarcísio também falou, nós estávamos com três secretários municipais, inclusive, o secretário do jurídico, que nos garantiu que o processo já está na justiça e que a justiça já está tomando todas as providências. Inclusive, a primeira audiência foi dia 29 de setembro. Então, da minha parte, eu acho que nós, vereadores, abriremos uma CEI para nós investigarmos, acho melhor do que a justiça que já está investigando. Então, eu entendo que se a justiça não investigar,

pode entrar com mandato de segurança, pode entrar com outros meios, mas se já está na justiça, o que pode acontecer é de atrasar muito mais o recebimento dessas pessoas que quem já teve a primeira audiência dia 29 de setembro, elas já estão recebendo. Quem não teve audiência ainda, ainda não está. Essa CEI, Tarcísio, eu estou falando até pelo bem das pessoas que estão envolvidas e que têm que receber. Porque se nós pararmos o processo judicial, elas podem demorar muito mais tempo para receber.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:19) “Vai parar nada. A casa não muda nada o processo judicial. A CEI...” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:19) “A CEI não atrapalha em nada o processo judicial. Os vereadores tinham sido os primeiros a querer ver isso daí.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:19) “Nobre vereador, eu só peço, já falei várias vezes aqui, é preciso que peça a palavra, até mesmo para que a parte eletrônica direcione a câmara e a gente grave na íntegra a fala do nobre vereador. E que a gente respeite um ao outro quando estiver falando. Nesse momento, o requerimento ainda está em discussão.” **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 18:19) “Tarcísio, você tem todo o direito de abrir, de fazer o teu pedido. Eu tenho o direito de mostrar a minha manifestação. Essa é a minha manifestação.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:19) “Eu acredito que os vereadores deveriam ser os primeiros aqui a quererem ver se houve dolo, se houve corrupção passiva, se houve corrupção ativa e acertar para que não haja mais esse tipo de problema dentro da prefeitura... que isso não aconteça mais. Nós éramos os primeiros a querer ver isso aí...” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:20) “Eu concordo com a colocação do Tarcísio que a CEI não vai atrapalhar o andamento da justiça. Acredito eu que a justiça está cuidando dos direitos do recebimento. Nós estamos discutindo aqui qual foi o problema que aconteceu para chegar nisso. Eu acho que a CEI tem uma outra função, Edna. Não tem a função de resolver e cobrar, que nós não temos essa capacidade de exigir o pagamento da empresa, a justiça sim. Então, eu acho que são duas coisas diferentes, é a minha opinião. E falo

mais uma vez, eu acho que o executivo deveria procurar descobrir o que tem. Então, abre uma sindicância interna.” **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 18:21) “Se o objetivo da CEI não é investigar a questão dos pagamentos, então, ela não tem esse objetivo. Porque o que foi falado é que ela vem com o objetivo... então, corrige.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:21) “Bom, inicialmente, o que o nobre vereador que está no direito dele de exercer a sua função, ele propôs um requerimento que não é a realidade. Lá está dizendo que a empresa, desde 2021, não fazia os devidos recolhimentos... pela ordem, senhor vereador. Tenha educação. S senhor gosta de fazer sensacionalismo, eu já falei... Perfeito sensacionalista. Foi questionado pelo nobre vereador, nessa reunião, que isso aqui era um papel de pão, que isso aqui não tinha assinatura. Mandaram trazer o secretário, que tem fé pública por ser funcionário público, que assinou aqui até o papel que está com ele, dizendo que o problema da Bravos, ele se iniciou em 22. E toda vez que você faz uma notificação, para você interromper um contrato que foi através de licitação, tem toda uma trajetória jurídica e uma segurança para quem foi contratado. Isso é de lei. E, na realidade, as notificações apuraram que a Bravos deve novembro e dezembro de 2022, março e abril de 2023. Não é tudo aquilo que se fala. Bom, deixa eu falar. Você tem que entender... ele é sensacionalista, ele quer fazer sensacionalismo. Vai fazendo sensacionalismo.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:23) “Pela ordem. Pela ordem. Nobre vereador. Hélio. Pela ordem. Pela ordem. Pela ordem, por favor, quem está no plenário não pode interromper no momento da fala dos vereadores. Nobre vereador, foi respeitado o seu tempo, eu peço que o senhor respeite o tempo do nobre vereador.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:24) “Eu não entrei no tempo de nenhum deles, nem do Márcio, nem do Tarcísio... nem da Edna, ninguém.” **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:24) “Conclua.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:24) “Cada vez que se faz uma notificação é aplicada uma multa na empresa. Então, se vocês verem aqui até a multa que foi a retenção de 122 mil reais foi aplicada e reteve o

dinheiro. Então, o que ocorre é que a prefeitura não pode fazer o pagamento sem autorização do poder próprio que é o poder judicial trabalhista que já deu a primeira audiência e já acertou agora a prefeitura é solidária, sim. Então, essas 100 pessoas ou 120 pessoas vão aguardar..." Com a palavra o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:25) "Plenário, por favor, quem está no plenário não pode interferir na fala. A sessão está suspensa por 10 minutos até retornar a ordem. Então, ainda em discussão, em votação." A sessão é suspensa. Os trabalhos são reabertos. **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 18:27) "Na mesma esteira que o Tarcísio e o Márcio está indo, eu também me coloco na mesma, porque hoje não tem funcionário aqui, presidente, porque foram ameaçados, foram ameaçados e esse acerto que estão falando, que estão fazendo, é da maneira que eles querem, não que os funcionários estão querendo. Não adianta vir com blá, blá, blá aqui não, que da mesma forma que todo mundo tem conhecimento, eu também tem um pouco de conhecimento. Então, o seguinte, está sendo do jeito que eles querem, a doutora Edna falou uma coisa que eu discordo, não vai parar nada, está certo? Teve um monte de indícios nessa situação da Bravos que estão sendo abafado. Esses áudios que o Tarcísio falou de funcionário nomeado trocando cheque, pedindo favor para a empresa terceirizada, isso não é caso de CEI? Isso não é caso de investigação? Então, eu desconheço qual que é o papel do vereador aqui, então. Eu desconheço o papel do vereador. Porque se não tem nada a esconder, vamos investigar. Tem cheque voando, tem áudio voando." **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 18:27) "Então, a gente aqui está se furtando de muita coisa. Porque está, sim, com um monte de problema. Funcionários estão sendo ameaçados, sim. A casa não está lotada porque está sendo ameaçada. Então, não vem com blá blá blá, não. Falar que é circo, porque não é circo, não. Cada um aqui faz o seu papel. E o meu papel é investigar. Eu sou a favor, sim, da CEI." **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:27) "É justamente esse o ponto. A falta de pagamento, o abandono dos funcionários da Bravos é o ponto culminante de tudo que aconteceu antes Então, esses fatos que aconteceram, que correram,

inclusive igual o Tarcísio disse, foi veiculado em um programa de rádio e de divulgação na internet, eu acho que isso vale. É isso que nós estamos tentando fazer aqui. Nós queremos saber por que aconteceu isso e aquilo... É isso que nós devemos investigar. Só 10 segundos. Então, eu acho que está certo, Marcelo. Você está completamente correto. E aqui não é questão do pagamento ou não pagamento. A CEI não interrompe a ação judicial. Interrompe se eles não quiserem. Essa é a ameaça. Eu também ouvi falar da ameaça..." A seguir, não havendo mais oradores o **Requerimento nº 352/2023** entra em votação. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi rejeitado por 06 (seis) votos contrários e 03 (três) votos favoráveis. Votaram contrário os Vereadores Edna Marques da Silva, Hélio Lisse Júnior, Héilton de Souza, João Luiz Stellari, João Paulo Morelli e José Roberto Pimenta. Votaram favoráveis os Vereadores Leandro Marcelo dos Santos, Márcio Henrique Eiti Iquegami e Tarcísio Cândido de Aguiar. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 237, inciso III, alínea b, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Segundo Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **1422, 1423, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455 e 1456/2023**, de autoria do Vereador Héilton de Souza. **1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1471 e 1472/2023**, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta. **1434, 1435, 1436 e 1437/2023**, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos. **1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448 e 1449/2023**, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho. **1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469 e 1470/2023**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485 e 1486/2023**, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva. **1479 e 1487/2023**, de autoria do Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami. Esgotadas as matérias constantes do Expediente, passa-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da

palavra. Usam da palavra os Vereadores: **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 18:31) "Boa noite aos nobres pares dessa casa. Boa noite à imprensa, escrita e falada, a todos do plenário. Mais uma vez uma vergonha nessa casa. Eu venho mostrar um áudio mais uma vez. "Marcelo, boa noite. Eu estou com um probleminha aí com a minha mãe. Minha mãe já está com quase três anos na fila do cateterismo e não tem resposta de nada, sabe? Está meio complicado algumas coisas. A gente vai...". Três anos sem cateterismo. Três anos. Três anos sem cateterismo. Tem mais um áudio aqui de um rapaz que já está indo há quatro meses pegando seringa para a insulina nos postinhos de saúde e não tem. É isso que o nosso prefeito, o senhor prefeito quer? A cidade turística? Porque o secretário dele virou blogueiro agora, de blog. E shows correndo a rodo, quase um milhão de shows aqui. Quase um milhão de shows no feriado agora de novembro. E não ter seringa para o morador aplicar sua insulina. Não ter seringa. Aí você vai lá na UPA, gaze estéril, não tem. Não tem também. Você vai na fisioterapia lá no Tropical, pessoal passando lá calor, calor porque o ar-condicionado está no chão e eu tenho prova que o secretário fica falando besteira pelos cantos. Eu tenho prova, viu? Então, eu vou cobrar assim, não adianta me amedrontar, colocar ninguém, eu não vou, eu não tenho medo, eu não tenho rabo preso. O meu voto aqui, eu tenho que dar satisfação as pessoas que votaram. Não é grupinho de meia dúzia, não. Então, o senhor prefeito, que chame o secretário da saúde e passe essas demandas, se quiser, eu fico o dia inteiro com ele lá. São vários exames, gente, que estão faltando, são vários remédios que estão faltando. O ar condicionado no chão na fisioterapia e o povo passando calor. A farmácia lá, os coitadinhos e o sol. E aqui tem tanta coisa acontecendo e ninguém faz nada. Está vivendo em um mundo bonito, em um mundo azul. Agora eu vou dizer, só faltava agora esse secretário fechar a saúde igual ele fechou a PRODEN. É isso que falta agora." A seguir, com a palavra o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:34) "A sessão está suspensa por 10 minutos até retornar à ordem." A sessão é suspensa. Os trabalhos são reabertos. **Tarcísio Cândido de Aguiar:**

(sem revisão do orador: 18:35) "Pela ordem, senhor presidente. Senhoras, senhores, boa noite. Olha, me recordo do ano passado, mais ou menos, nessa mesma época, estávamos eu aqui, meu amigo, Hélio Lisse Junior, na trincheira, lutando em favor do povo. Hélio estava do outro lado, não tinha nomeado na secretaria, estava aqui lutando com a gente. É fácil, Hélio Lisse, o senhor ganha mais de 40 mil reais por mês, falar que o cidadão comum que ele ganha 1.500 reais, ele pode ficar com o FGTS retido, não precisar ganhar as verbas rescisórias, ele não precisa ter o INSS, ele não precisa receber o seguro desemprego. Doutora Edna, a mesma coisa, é aposentada, merecido, doutora, a senhora está merecida. Aposentada, recebe o salário de vereadora, aí é muito legal. Os nobres pares, sargento Barreira, aposentado também, igual eu sou. Mas eu estou aqui lutando pela causa do povo. Por quê? Porque os nossos pares não viraram as costas para a sociedade. Mais de 100 funcionários lesados pela empresa terceirizada e o que a Câmara faz? Não quer investigar. Claro, os nossos vereadores, com seus salários poupados, aposentadorias, eles estão o quê? Muito tranquilamente estabilizados. E o pai de família, que não pagou aluguel, não pagou a água, não pagou a luz. Marcio, esses pais de família que não pagaram? Aí é fácil, vir um vereador falar, só não recolheu quatro meses, mas quatro meses para um pai de família que recebe R\$ 1.500 de FGTS, quatro meses que não recolheu para ele, impediu que ele recebesse as verbas rescisórias, o seguro desemprego e ele está como agora? A ver navios. E quem vai pagar a conta? O contribuinte, porque a empresa quebrou, está insolúvel, não tem como pagar. Quem vai pagar? Marcelo da Branca? O povo, o mesmo povo aí que está desempregado, que perdeu emprego, que não recebeu FGTS, indiretamente ou diretamente, porque ele também é contribuinte, ele vai pagar a conta. Olha só, parabéns a vocês que pagaram a conta de uma empresa que não foi devidamente fiscalizada pela prefeitura. Nós vereadores queríamos abrir uma CEI para entender aonde está o dolo aí vem em uma reunião de manhã o secretário de administração, aquele mesmo que é o cara que comanda essa pasta, falar que o relatório dele está certo. Pelo amor de deus. É ele que faz o relatório é ele que não fiscalizou ele que

deixou acontecer tudo isso e nós queríamos ver aonde estava o problema. Tivemos a oportunidade? Não, meu povo, esta casa de leis virou as costas para a sociedade olimpiense, para mais de 100 pais de família que não receberam. E aqui, o que aconteceu? Nada. Uma banana para o povo.” A seguir em questão de ordem usa da palavra o Vereador: **Héilton de Souza:** (sem revisão do orador: 18:39) “Senhor presidente, eu quero que conste em ata que o vencedor Márcio Iquegami me agrediu na sessão aqui.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:39) “Ok, está constado em ata.” Não havendo mais oradores nos três minutos regimentais, passa-se, ao tempo das **Lideranças**. Usam da palavra os Vereadores: **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:39) “Bom, gente, hoje está todo mundo com os ânimos um pouco alterado, mas fique tranquilo, Lorão. Está registrado? Procure os seus direitos. Você tem todo direito. Mas tem que provar. Está certo? Bom, foi tolhido de falar. A próxima vez, o primeiro secretário, o senhor devia ligar o microfone para poder a gente ouvir melhor. Porque a minha discussão com o Lorão começou por causa disso. Eu falei para ele que eu ia falar. O senhor falou de novo, não dá para ouvir. Então, o senhor liga o microfone para a gente poder escutar o senhor. Muito obrigado. Bom, agora é o seguinte, nós estamos aqui passando por um momento triste, onde aqui a gente devia discutir, apurar e ver o que é o melhor para a população de Olímpia, mas parece ter interesse, não sei. Falei já umas quatro vezes sobre a preocupação do prefeito na lisura da administração, não sei, não vejo. Tem um outro fato, Tarcísio, Edna. Que é interessante. Semana passada saiu uma liminar, uma ação civil pública, contestando o valor do aumento da tarifa do Daemo. Uma coisa me deixa preocupado. Uma coisa me deixa preocupado. Porque tudo aquilo que nós conversamos e eu votei favorável a privatização no Daemo, não vou me furtar dessa questão, mas foi baseado no valor da tarifa alterado, reajustado, e eu já fiz dois requerimentos. Não tive resposta sobre o processo licitatório. Tivemos outra notícia semana passada. O governador Tarcísio mandou um projeto de lei para ALESP para a privatização da SABESP. Consequentemente, mais uma do Daemo. Eu queria ver, não

consegui. A primeira resposta que eu tive do Executivo é que eu mandei o requerimento para o lugar errado. Fiz o outro requerimento, não tive resposta. Eu fico preocupado, porque tudo foi baseado na venda para uma empresa mista. Hoje nós temos lá uma empresa que vai fazer oferta de ações na bolsa de valores. Então, eu fico preocupado e reitero aqui que seria de suma importância me enviar as informações para a gente poder discutir. E quais são as garantias que esse contrato tem agora para poder manter a tarifa para a população de Olímpia? A gente não sabe para onde vai. Essa discussão da privatização da SABESP já vem desde a campanha do governador Tarcísio. Então, eu acredito que o prefeito deva ter feito algum mecanismo, uma coisa para proteger a população de Olímpia. Mais uma vez, a população de Olímpia em risco.” **Tarcísio**

Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:43) “Senhores, para vocês verem que não vai parar por hoje a aberração nesta casa do povo, na casa do povo. Esse é o orçamento do município, 400 páginas que eu li e a grande maioria que com certeza não leu, não é fácil ler isso aqui, e o presente orçamento não atende os parâmetros da legislação relacionada ao assunto. Senão vejamos, naquela ocasião, na última sessão, eu apontei a necessidade de que houvesse detalhamento do uso desses recursos sob pena de darmos um cheque em branco ao Executivo e não efetuarmos o nosso papel de órgão fiscalizador e controlador do orçamento, Lei Federal 4320/64. E no seu artigo segundo, a lei diz, o orçamento conterá a descrição da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica e financeira, o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. E olha só, quando eu vou ver o orçamento, tem lá 60 milhões de reais do povo olimpiense para obras. Obras. Se quer, descreve que obra é. Aí pode ser 60 milhões só para o aeroporto. A população de Olímpia quer isso? Pode ser 60 milhões para recap. Pode ser 60 milhões para obra dentro do município para fazer o quê? Estrada? Vai abrir rua? Não tem detalhamento. O Rodrigo estava aqui. Aí a gente vai lá e vê o quê? Enfrentamento de violência contra mulher, R\$ 67 mil. Fundo municipal da criança e do adolescente, R\$ 55 mil. Fundo municipal do idoso, R\$ 5 mil. O investimento com o cidadão

olimpiense é exíguo quando daquelas obras é faraônico. Senhoras e senhores, essa casa de leis, como eu já disse, hoje publicou cargo, cargo para ter voto, comprando voto de vereador com cargo. Meu amigo Hélio Lisse que estava na trincheira aqui comigo na outra, no ano passado, colocou o seu amigo apaniguado como secretário de segurança para vender o voto do orçamento. Hélio, pelo amor de Deus, você estava comigo ano passado aqui, brigando pelo povo, como é que o senhor faz um negócio desse? Que vergonha. Eu queria pelo menos mais uns três vereadores como o Rodrigo Ruiz, um vereador que veio aqui suplente, teve pulso, lutou pelo lado do povo, lutou por aqueles que mais necessitam, lutou pelo pai de família, que não recebeu ainda o acerto da Bravos, não recebeu o acerto, não recebeu as verbas indenizatórias, FGTS, INSS e não recebeu o seguro desemprego. Rodrigo Russo, parabéns, irmão, e aos demais que estão aqui apaniguando os seus na secretaria da prefeitura. Uma vergonha, uma vergonha.” **João Luiz Stellari:** (sem revisão do orador: 18:46) “Boa noite a todos. Eu, apenas para justificar aqui o porquê que eu sou contrário a CEI. Primeiro, eu preciso saber qual é o objetivo da CEI. Se ela tem interesse em enquadrar o prefeito em alguma posição ou a Bravos, porque veja bem, aqui o que se fala é a falta de recolhimento do INSS e do FGTS, ao mesmo tempo se fala que o município está recolhendo para que os trabalhadores não tenham prejuízo e o contribuinte tem. Então, é preciso definir a situação. E deixar de usar os funcionários da Bravos para fazer o trampolim, usando esses pobres coitados que estão tentando receber as suas verbas rescisórias, os recolhimentos devido do FGTS, que são 8% sobre o salário. Não quer dizer que não está recebendo o salário. O município tomou as providências necessárias e obrigatórias. Não tem como fazer alguma coisa diferente. No primeiro pagamento, eles têm que apresentar as guias de recolhimento e a certidão de regularidade do FGTS. Foi apresentado. No segundo, quando não foi, eles foram notificados imediatamente. Na terceira vez, eles também não apresentaram, foram notificados, aplicaram a multa e fez a rescisão. O poder público não tem outra forma para coibir a empresa, não existe outra forma para chegar e falar, olha, nós vamos fazer uma rescisão e

vamos repassar. Reteve o dinheiro que foi suficiente, que era o último que poderia ser feito e fez a consignação em pagamento para que os trabalhadores pudessem habilitar nesse crédito e receber os seus respectivos valores. O município está usando das formas legais que ele pode fazer para não trazer prejuízo justamente para os trabalhadores. A intenção é não trazer prejuízo, mas infelizmente nós temos aqui alguns colegas que usam esse artifício para tentar se emergir porque a situação não é grande coisa. Então, faz o que? Usa a Bravo para falar que o município fez isso, que o prefeito agora atravessa uma CEI totalmente sem nexos causal. Aqui não fala nem quem vai ser os averiguados, quem vão ser os indiciados. Nós vamos ouvir quem aqui? Vai chamar Bravos para ser ouvida? Nós vamos ouvir quem? Nós temos que ouvir alguém. Depois eu vou arrumar o microfone, o senhor fica falando na hora que nós formos embora, o senhor pode falar a noite inteira. Qual que seria o objetivo aqui? Seria o objetivo apurar alguma responsabilidade, a responsabilidade já está sendo... foi rescindido o contrato, cobrou a multa, aplicou a multa. Se for depositar o fundo em garantia faltante com recurso do município, automaticamente, vai executar a empresa. Esse dinheiro não vai ficar a deus dará. Boa noite, é isso que eu queria esclarecer aos funcionários da Bravos." A seguir, não havendo mais oradores inscritos aos três minutos regimentais às Lideranças, nos termos regimentais, é feita a chamada e, verificado haver número regimental, tem início a **ORDEM DO DIA**. A seguir, o Senhor Presidente, nos termos do Parágrafo Terceiro do artigo 50 do Regimento Interno, solicita ao Primeiro Secretário que realize a leitura do Ato da Presidência nº 21/2023. Dando continuidade aos trabalhos, são lidos pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 94/2023**, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento e o **Parecer nº 99/2023**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação favoráveis à livre tramitação do **Projeto de Lei nº 6019/2023**, avulso nº 150/2023, de autoria do Executivo, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Olímpia para o Exercício de 2024. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Márcio Henrique Eiti Iquegami**: (sem revisão do

orador: 19:10) "Na última sessão eu pedi vistas ao projeto para fazer uma análise. Encontrei também o que o Tarcísio trouxe. Às vezes, a gente tem um pouco de dificuldade para ver o destino do dinheiro. Eu acho que nós deveríamos ter um detalhamento maior para poder trazer essas informações à população de Olímpia. Eu não estava na audiência pública, mas você estava aqui, Tarcísio. A sua pergunta foi feita e diz que não era hora para discutir. Então, será que a hora é agora? É isso que a gente queria ver. Eu acho que não existe nada de aberrante no orçamento, mas a gente precisava ter um pouco mais de detalhamento sobre aonde vai ser aplicado o dinheiro. Ao primeiro momento, acredito eu que isso esteja pronto, mas deveria ser apresentado aos vereadores e a toda a população de Olímpia." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:11) "Márcio, eu li o orçamento detalhadamente, passo a passo, vi todas as secretarias, o anexo 1, o anexo 2, do 6 ao 9. Aquilo que diz a lei e o nosso orçamento aqui que a prefeitura apresentou é um orçamento genérico, ele vai lá, você vai na maioria das secretarias, está lá o valor estimado e pagamento de terceiros, a grande maioria do dinheiro está em pagamento de terceiros, de pessoa jurídica, na maioria das secretarias. Não discriminado, então quer dizer, a casa de lei vai virar as costas para o povo olimpiense, de novo, casa do povo que vira as costas para a Olímpia de novo e vai votar um orçamento, vai dar um cheque em branco para o prefeito. Volto a dizer que o ano passado o nosso amigo Hélio Lisse Junior estava aqui comigo, defendendo isso aqui, o mesmo que eu defendo hoje, nós estávamos defendendo ano passado, porque veio um cheque em branco e nós fomos contrários, eu, Hélio Lisse e Lorão. Por que? Porque não é possível que a gente tenha aqui 60 milhões de reais de obras que serão feitas no município e não sequer descrever qual será a obra. Mas será que é a obra mais importante para o municípe? O que nós estamos aprovando aqui? Qual é a obra? É hospital, é centro de referências, centro administrativo, é aeroporto? Qual é a obra que vai fazer com 60 milhões? Olha aqui, chega a pachorra de ter 8.220.000,00 na Secretaria de Turismo, para fazer obras na Secretaria de Turismo. Olha só, 5 milhões de serviços de terceiros. Você vem aqui.

Gabinete do prefeito, serviços pessoas jurídicas, a divisão de comunicação, divisão de comunicação do gabinete do prefeito, 1.560.000,00. Aí você vai lá, na assistência social, você vai lá, na parte do fundo de solidariedade do município, quanto tem no fundo de assistência social? Gente, 50 mil. Fundo do idoso, 5 mil. Fundo da criança e adolescente, 55 mil. Enfrentamento da violência contra a mulher, 60 mil. Quando Deus criou a terra, ele criou tudo que tem aqui na terra para melhorar o cidadão, o ser humano, para o aprimoramento do ser humano e Olímpia esquece do ser humano, esquece que nós temos que melhorar a vida do jovem, do idoso, do adulto, da mulher que está sofrendo violência e essa casa de leis por troca de cabide de emprego, por troca de secretaria, por troca... hoje publicou nomeação comprando vereador para votar nesse orçamento aqui, ridículo, que não tem sequer discriminação, doutora Edna, a senhora é advogada, a senhora está vendo isso aqui, é um cheque em branco, discriminação nenhuma, onde a gente deveria ter, é obra? Quantas obras são? Quantas obras são? Onde são as obras?" **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 19:15) "Eu não sei se é o artigo 157, que foi alterado, mas acho que permaneceu. O vereador Marcio quer saber se esse é o momento. Logicamente que é o momento. A partir da primeira votação, o projeto entra com a possibilidade do sargento Tarciso e outros que acharem que os valores são insignificantes de acordo com alguma alíquota que ele proponha o que? Uma emenda ao orçamento. Então, só que só que o vereador sabe, ele é inteligente, ele é um cara inteligente, eu nunca votei contra o orçamento, não, o senhor está falando mentira, mas se o senhor quiser alterar o projeto, o senhor está fazendo bastante sensacionalismo e tem hora que o senhor fala mentira, o senhor se esqueceu, o senhor fez um papelzinho, o senhor quiser na próxima sessão eu trago, que o senhor pediu, que o senhor brigado com o prefeito Cunha, que o senhor queria ficar brigado, mas o senhor queria duas nomeações, o papel tem sua letra, você é leviano... porque você escreve e fala assim, Hélio, vai lá, pede para o Cunha me dar duas nomeações e está escrito, eu guardei o papel. Você não tem vergonha." Com a palavra o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 19:18) "Nobres

vereadores, vamos... plenário, contenha-se, por favor. Nobre vereadores, vamos voltar à discussão do projeto. Com a palavra, só para responder ao que o nobre vereador... Felipe, por favor, contenha-se, por favor. Nobre vereador Marcio, só para responder o que o senhor tinha perguntado, o que nós comentamos com o nobre vereador sargento Tarcísio, na audiência pública da Câmara, é que o momento da discussão deste... foi na audiência pública do Executivo. E a audiência pública da Câmara é para apresentação do projeto. E agora, como o doutor Hélio disse, o nobre vereador Hélio disse, após a primeira votação, se abre o prazo para emendas de quem se achar que precisa ser alterado alguma coisa. Esse é o momento de apresentar as emendas." **Héilton de Souza:** (sem revisão do orador: 19:18) "Só pra eu relembrar, nosso amigo Tarcísio, que ele falou, vou dar um pequeno exemplo, que esse mesmo orçamento de 2022 para 2023, por que que ele não discutiu também? Ele votou favorável. A única coisa que eu votei contra aqui, o senhor lembra muito bem, vereador, foi contra o orçamento da câmara. Eu estava sentado ali ainda. E a outra coisa que eu votei contra foi contra a concessão do Daemo. E a outra, Paulo, foi contra o fechamento da Protein... Nenhum momento eu votei contra o orçamento. O senhor está querendo barrar o orçamento, o senhor está querendo barrar a população. O senhor que iria pedir, bem esclarecido, está bem esclarecido, por onde que vai, para a saúde, para a educação, por onde que está indo todo o dinheiro público. E o nosso papel aqui é fiscalizar. E sobre a Bravos, eu tenho aqui e eu vou lhe provar. Eu não votei contra o orçamento. Só para relembrar o nosso amigo Tarciso, ele não precisa mentir. É só falar a verdade. São três coisas que eu votei aqui e não me arrependo no momento nenhum. Eu não votei contra o orçamento o ano passado e nem meu amigo Hélio. O que nós votamos aqui foi contra o orçamento da câmara." **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 19:19) "Eu entendo perfeitamente que agora é o momento da gente fazer as emendas e tentar melhorar. O que eu estou dizendo é o seguinte, não há detalhamento para onde vai o dinheiro. Vai para a Secretaria da Saúde, tem 80 e poucos milhões, mas o que vai para compra de remédio, o que vai para compra de exame, o que vai para pagamento

de funcionários. Então, eu acho que... é isso que eu estou falando, eu acho que deveria ter um detalhamento um pouco maior. Entendo completamente não vejo valores exorbitantes, só que é o seguinte nós votamos mais de 70 milhões de suplementação até agora no ano 2023, 55 milhões também de créditos especiais, eu acho que isso mostra que a gente poderia melhorar um pouco mais o orçamento, entendeu? A gente não tem ideia, porque, por exemplo, nós temos um exemplo, nós aprovamos a compra do terreno da área que vai para o aeroporto, são 19 milhões de reais. Ninguém explicou de onde vem esse dinheiro. Se esse dinheiro era do Daemo, esse dinheiro... é isso que nós estamos falando. Eu acho que você tem que começar a dar um pouco mais de explicação. Porque se for do Daemo, o prefeito assumiu um compromisso publicamente que ele mandaria... a primeira coisa que ele faria era construir um novo hospital. Palavras do Fernando Cunha. Então, eu acho que quando a gente está aqui não é questão. O Hélio está certo no que ele está falando. Só que não foi isso que eu questionei. Eu estou questionando um pouco mais de detalhamento. É muito genérico o orçamento. Eu tenho certeza que essas planilhas existem. Elas deveriam ser enviadas para nós e para a população de Olímpia." **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 19:21) "Eu concordo com o Marcio na questão do detalhamento, que eu acredito que esse detalhamento existe, ele poderia ter vindo para nós para subsidiar, para a gente poder votar melhor. Mas eu também me lembro aquilo que o Lorão falou, que o orçamento desse ano, ele está muito parecido com o do ano passado, o que alterou foram os números. É, então... Eu vou fazer as emendas necessárias. Tem algumas emendas que eu já tinha proposto de fazer, inclusive no Fundo Municipal do Idoso. Tarcísio, só para lembrar, o dinheiro do Fundo do Idoso é só para as ações que o município executa, porque as ações das entidades, por exemplo, Abrigo São José, ela vai estar elencada em outro item. Sim, mas o município também não é ele que cuida do idoso, quem cuida do idoso é o terceiro setor. Mas eu vou fazer algumas emendas, mas que a gente possa ter essa discussão para o próximo orçamento, ele venha um pouco mais detalhado, até para facilitar a nossa vida aqui para explicar para a população." Não havendo mais oradores, o Projeto

entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por 06 (seis) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários dos Edis presentes em plenário. Votaram contrário os Vereadores Leandro Marcelo dos Santos, Márcio Henrique Eiti Iquegami e Tarcísio Cândido de Aguiar. A seguir, o Senhor Presidente informa o Plenário que nos termos do Parágrafo Sexto, do artigo 218, do Regimento Interno, o Projeto retorna à Comissão de Finanças e Orçamento para o recebimento de emendas, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6020/2023**, avulso nº 154/2023, de autoria do Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 4.571, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP e dá outras providências. Não havendo oradores, o Projeto de Lei nº 6020/2023 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado em Redação Final**. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 103/2023**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei nº 6023/2023**, avulso nº 158/2023, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usa da palavra o Vereador: **Márcio Henrique Eiti Iquegami**: (sem revisão do orador: 19:28) "Então, nós temos aqui a arrecadação, excesso de arrecadação, o dinheiro sendo enviado para Santa Casa, na divisão de média e alta complexidade. Temos hoje, indo para Santa Casa, mais de 3 milhões e meio de reais de excesso de arrecadação. Só um adendo. Aí eu falo do que é destinar. E a gente com problema para ter remédio. Então, eu acho que não é falta de dinheiro. Só isso." Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo

regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. Assume a presidência o Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami. Dando continuidade aos trabalhos, entra em deliberação, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 674/2023**, avulso nº 159/2023, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho, que dispõe sobre a concessão da Comenda do Brasão do Centenário e a Medalha "Prefeito Álvaro Marreta Cassiano Ayusso", ao Ilustríssimo Senhor Rivaldo Rogério Mussolin. Com o **Parecer nº 104/2023** favorável da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, o Senhor Presidente esclarece ao Plenário, que nos termos do artigo 200, Inciso VI, alínea C, do Regimento Interno, a proposição em referência necessita, para sua aprovação, do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, ou seja, sete (07) votos; motivo pelo qual, o Presidente tem direito a voto, conforme estabelece o artigo 18, Inciso I, alínea e, do Regimento Interno desta Edilidade. A seguir, por se tratar de matéria que deverá ser submetida à "discussão e votação única", o Senhor Presidente solicita ainda, o Parecer verbal das seguintes Comissões: Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **discussão única**. Não havendo oradores, o Projeto Decreto Legislativo nº 674/2023 entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em Plenário, ou seja, dez (10) votos. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado em Redação Final**. Reassume a presidência o Vereador Renato Barrera Sobrinho. A seguir, nos termos regimentais o Senhor Presidente informa que a próxima Sessão Ordinária será realizada no dia seis de novembro de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", e atendendo ao Requerimento de nº 377/2023, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária em Homenagem Póstuma a memória da Senhora Vilma Aparecida Borges. Do

que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.--.